



FACAL
FACULDADE DE CIÊNCIAS
APLICADAS DE LIMOEIRO

FACAL- Faculdade de Ciências Aplicadas de Limoeiro

COTAS RACIAIS NO BRASIL E O COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL

RACIAL QUOTAS IN BRAZIL AND THE COMBAT AGAINST STRUCTURAL RACISM

Elisangela Teresa da Silva
Elma Tayná dos Santos Genuino
Jacqueline Lacerda de Souza
Maria Vitória Laurentino da Rocha
Rayssa Manuella Pereira de Souza
Robson Vagner Ferreira da Silva
Keyla Rihane de Araujo
Ferreira (Orientadora)

Resumo: O referido trabalho foi requisito da nota de extensão do semestre de 2024.2 e visa discutir sobre o sistema de cotas raciais no Brasil e sua implementação como uma estratégia de ação afirmativa destinada a promover a igualdade racial e combater as disparidades históricas entre os diferentes grupos étnicos no país. A análise do artigo foca no impacto do racismo estrutural no Brasil e nas políticas de cotas raciais que buscam amenizar esse problema. Enfatiza-se a importância das cotas, especialmente em universidades, como um meio para promover diversidade e combater desigualdades. O texto traça o histórico dessas políticas vinculadas à escravidão e à subsequente exclusão de populações negras e indígenas. Além disso, discute os desafios enfrentados na implementação das cotas, incluindo a resistência social e questões estruturais dentro das instituições educacionais, reforçando que essa política é parte de uma solução integrada para garantir inclusão efetiva.

Palavras-chave: Cotas Raciais; Racismo; Discriminação Racial; Educação.

Abstract: This work was a requirement of the extension note for the semester of 2024.2 and aims to discuss the racial quota system in Brazil and its implementation as an affirmative action strategy aimed at promoting racial equality and combating historical disparities between different ethnic groups in the country. The article's analysis focuses on the impact of structural racism in Brazil and the racial quota policies that seek to alleviate this problem. The importance of quotas is emphasized, especially in universities, as a means to promote diversity and combat inequalities. The text traces the history of these policies linked to slavery and the subsequent exclusion of black and indigenous populations. Furthermore, it discusses the challenges faced in implementing quotas, including social resistance and structural issues within educational institutions, reinforcing that this policy is part of an integrated solution to ensure effective inclusion.

Keywords: Racial Quotas; Racism; Racial Discrimination; Education.

1. INTRODUÇÃO

A questão a ser abordada neste trabalho objetiva discutir o impacto gerado na sociedade em virtude do racismo estrutural e as problemáticas relacionadas a esse comportamento enraizado na sociedade.

A importância das cotas raciais no Brasil e o combate ao racismo estrutural são temas de extrema relevância e atualidade. Compreender a histórica exclusão e discriminação sofrida pela população negra no país é fundamental para contextualizar as políticas de ações afirmativas. Neste sentido, este trabalho busca fornecer uma análise sobre a legislação, impactos e desafios das cotas raciais, bem como discutir a importância das universidades na promoção da diversidade e as estratégias para a redução do racismo na sociedade brasileira.

Sabe-se que no Brasil e no mundo, a distinção atribuída em razão da raça privilegia indivíduos brancos e desfavorece negros e indígenas. Ou seja, historicamente, o racismo é uma construção filosófica que sustenta atos de desumanidade contra populações não europeias. Ademais, o processo de segregação de pessoas negras evidencia a hierarquização racial como um resultado claro desta problemática.

Nesse contexto, é papel de toda sociedade lutar contra essa realidade e dever do Poder Estatal minimizar as graves consequências decorrentes do racismo através de políticas públicas e ações afirmativas capazes de efetivar os direitos das pessoas negras e das mais vulneráveis.

A contextualização do tema das cotas raciais no Brasil se faz necessária para compreender a origem e a necessidade de políticas de ação afirmativa. É importante explorar o histórico do racismo no país, destacando a discriminação enfrentada pela população negra e a desigualdade de oportunidades. Além disso, será discutido o papel das cotas raciais na promoção da equidade racial e no enfrentamento do racismo estrutural.

A implementação de cotas raciais no Brasil, particularmente no acesso ao ensino superior e em concursos públicos, surgiu como uma estratégia afirmativa para corrigir as desigualdades históricas impostas à população negra e indígena. O racismo estrutural, presente nas instituições e práticas sociais, ainda limita significativamente o acesso dessas populações a direitos e oportunidades. No entanto, a política de cotas tem sido alvo de controvérsias, tanto por aqueles que a veem como uma ferramenta necessária de justiça social quanto por aqueles que a consideram injusta ou discriminatória.

Apesar de as cotas raciais terem o objetivo de combater o racismo estrutural, elas enfrentam resistência e desafios, o que questiona sua eficácia em promover a igualdade racial

no Brasil. Este artigo busca discutir o papel das cotas raciais no combate ao racismo estrutural, propondo soluções que possam ampliar sua eficácia.

2. HISTÓRICO DAS COTAS RACIAIS

No Brasil, o regime escravocrata perdurou por quase 400 anos, deixando marcas profundas no processo de busca por reparação e equidade social, e acentuando a exclusão das populações negras e indígenas. Dessa forma, a abolição tardia do escravismo não representou o fim da desigualdade racial, e restou notável que a discriminação ainda era uma realidade a ser enfrentada pela população negra brasileira ao longo de décadas.

Diante disso, especialmente a partir dos anos 1970, através de um viés de muita luta e resistência o Movimento Negro brasileiro emerge com o intuito de reivindicar direitos e combater injustiças que perduram até os dias atuais. A luta pela concretização de garantias fundamentais é consequência da organização política realizada por grupos de pessoas negras que atuam veemente no combate ao racismo. Dessa forma, ganha destaque a reivindicação ao direito à educação e à democratização do ensino e formação educacional, uma vez que este seria o caminho primordial para a conquista de melhorias nas vidas de pessoas negras.

O reconhecimento da educação e do trabalho como direitos sociais positivados na Constituição Federal de 1988 demonstra importância de garantir o efetivo acesso e participação da população negra nessas pautas e representa um estímulo na criação e implementação de ações afirmativas pelo Poder Estatal. Logo, a consciência sobre a desigualdade racial começou a se consolidar, ensejando debates sobre a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão.

No final da década de 1990, era um fato claro que a população negra enfrentava mais barreiras para acessar a educação superior, recebia remunerações inferiores e, em grande parte, exercia funções precárias.

Somente nos anos 2000 que as primeiras políticas afirmativas começaram a ser estabelecidas no Brasil. O estado do Rio de Janeiro, por exemplo, reservou 50% das vagas nas universidades estaduais para estudantes de oriundos de escolas públicas.

A reserva de vagas para estudantes das escolas públicas não se configura como uma cota racial, porém ainda é considerada uma política afirmativa. Vale ressaltar que o progresso do debate sobre a implementação de cotas raciais para acesso ao ensino superior e ao serviço público gerou divisões na sociedade brasileira no início do século XXI, com opiniões tanto favoráveis quanto contrárias.

Um grande marco na luta pelo combate à desigualdade racial foi a adoção do sistema de cotas raciais para o ingresso de negros e indígenas na Universidade de Brasília (Unb), em 2003, mesmo antes da criação de legislação que instituiu a obrigatoriedade das cotas no país. O pioneirismo da Universidade impulsionou a implementação do sistema em demais instituições de ensino que também visualizavam o baixo número de estudantes negros e de etnias não brancas cursando cursos superiores.

Diante disso, a edição da Lei nº 12.711, sancionada em 2012 pelo governo Dilma Rousseff concretizou-se como mais avanço significativo na luta pelo direito à educação, implementando as cotas raciais como ação afirmativa de promoção ao acesso ao ensino superior, pretendendo reduzir desigualdades perpetradas ao longo da história e garantir oportunidades iguais para grupos marginalizados na sociedade.

Com a sanção da lei, foi determinado reserva de vagas em instituições de ensino superior públicas para estudantes que se enquadrem em determinados critérios, como pretas, pardas, indígenas e quilombolas. E, além de permitirem o ingresso no ensino superior as cotas também oferecem oportunidades para cargos de órgãos públicos para determinados grupos.

3. JUSTIFICATIVA DAS COTAS RACIAIS

O racismo estrutural no Brasil tem suas raízes na escravidão, um sistema que perdurou por mais de 300 anos e deixou um legado de exclusão e desigualdade social para a população negra. Após a abolição da escravidão, em 1888, a ausência de políticas públicas de integração social relegou a população negra às margens da sociedade, sem acesso a educação de qualidade, moradia digna ou oportunidades de emprego qualificado (Silva, 2020).

A política de cotas raciais, instituída pela Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), foi implementada como uma forma de reparar esses séculos de discriminação. Segundo o Ministério da Educação, o principal objetivo da política de cotas é "promover a diversidade racial e social nas universidades públicas e nos concursos públicos, de modo a garantir maior representatividade da população negra e indígena nos espaços de poder" (Ministério da Educação, 2019).

No entanto, há quem critique essa política afirmando que ela promove uma "inversão" da discriminação, favorecendo um grupo racial em detrimento de outros. Por outro lado, defensores argumentam que a ação afirmativa visa garantir igualdade de oportunidades,

não de resultados, ao corrigir o ponto de partida historicamente desfavorecido (Fernandes, 2018).

As cotas são uma forma de compensação justa por séculos de exclusão, ou representam uma medida injusta que favorece a raça em detrimento de méritos individuais?

Para muitos defensores das cotas, elas são uma compensação justa e necessária. O Brasil, devido à escravidão e à marginalização histórica da população negra e indígena, carrega um legado de desigualdades estruturais que impede o acesso igualitário a oportunidades educacionais e de emprego. Nesse contexto, as cotas raciais são vistas como uma medida afirmativa para corrigir as distorções causadas por séculos de exclusão. Como argumentam Silva (2019), "não se trata de dar vantagens a um grupo em detrimento de outro, mas de garantir que todos possam competir em igualdade de condições, levando em conta as barreiras históricas e sociais que persistem."

Por outro lado, os críticos das cotas frequentemente argumentam que elas violam o princípio da meritocracia, pois favorecem a raça como critério de seleção, ao invés de priorizar o mérito individual. Para esses críticos, a política de cotas pode ser vista como injusta, ao oferecer oportunidades a indivíduos com base em características raciais, ao invés de reconhecer suas conquistas acadêmicas ou profissionais. Esse argumento, no entanto, é desafiado por estudos que demonstram que a meritocracia pura não é aplicável em sociedades profundamente desiguais, como o Brasil, onde indivíduos de diferentes origens têm condições de partida extremamente distintas (Souza, 2018).

Portanto, as cotas podem ser consideradas uma medida justa no sentido de que buscam corrigir desigualdades históricas e promover igualdade de oportunidades. Elas reconhecem que a meritocracia não pode ser plena em um contexto de racismo estrutural, onde a população negra enfrentou e ainda enfrenta barreiras sociais que afetam diretamente suas chances de sucesso. Ao mesmo tempo, é importante que as cotas sejam aplicadas de forma cuidadosa, com transparência e em conjunto com políticas que promovam uma educação básica de qualidade para todos, para que possam alcançar sua eficácia máxima sem gerar ressentimentos.

Em resumo, as cotas raciais são amplamente defendidas como uma compensação justa para corrigir desigualdades históricas, desde que acompanhadas de outras medidas que promovam a inclusão social de forma ampla e democrática.

4. COTAS RACIAIS COMO FERRAMENTA DE COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL

As cotas raciais representam uma das alternativas criadas com o intuito de reverter o cenário de desigualdade social e combater o racismo estrutural. O objetivo da instituição de cotas raciais no Brasil representa um passo importante da luta pela igualdade racial, ao passo que viabiliza e democratiza o acesso à educação.

Essas cotas são destinadas a candidatos que se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas em processos seletivos para universidades públicas e privadas. Logo, tal política pública visa trazer um equilíbrio entre as classes sociais menos favorecidas em decorrência do racismo estrutural como uma forma de reparar atrocidades do passado. De acordo com Silvio de Almeida (2018):

O racismo estrutural se manifesta nas relações sociais, nas instituições e nas práticas cotidianas, sendo uma forma de opressão que não apenas se dirige ao indivíduo, mas que permeia toda a sociedade. Ele é sustentado por uma estrutura que reproduz desigualdades raciais e sociais, onde a discriminação é parte integrante do funcionamento do Estado e das instituições.

Ademais, as desigualdades raciais na educação brasileira estão longe de ter fim, é o que indicam dados divulgados pelo IBGE. De acordo com os números apresentados, mesmo tendo havido uma diminuição de mais de 200 mil analfabetos entre 2022 e 2023, a proporção entre os negros é mais que o dobro da entre os brancos. Ao passo que 3,2% da população branca não sabia ler ou escrever, a taxa entre negros é de 7,1%. Além disso, o IBG calculou que os brancos estudam em média 10,8 anos. Já entre as pessoas de cor preta ou parda, esses anos totalizaram 9,2.

Essa realidade evidencia a problemática enfrentada por esses grupos marginalizados e a necessidade de corrigir este triste cenário. Para isso, ações afirmativas criadas a partir de políticas públicas que promovam o equidade no acesso ao ensino e ao mercado de trabalho se tornam indispensáveis, visto que a história do racismo estrutural no Brasil é complexa e profunda, e remonta a um contexto de opressão e marginalização de povos pretos, pardos e indígenas. Sobre a criação do sistema de cotas raciais Djamila Ribeiro (2017) entende que:

As cotas raciais são uma ferramenta fundamental para a inclusão da população negra no Brasil, uma vez que o racismo estrutural impede que esse grupo tenha acesso igualitário à educação e ao mercado de trabalho. Elas são uma forma de justiça social, e não de discriminação reversa, como alguns alegam.

A implementação de cotas raciais no Brasil representa um passo crucial no combate ao racismo estrutural, uma vez que busca corrigir disparidades históricas e oferecer oportunidades equitativas para grupos racialmente marginalizados. Como destaca João Carlos Teixeira Gomes "as cotas são uma forma de corrigir a injustiça histórica e promover a igualdade de oportunidades para todos." (GOMES, 2015). As cotas não são apenas uma medida temporária, mas uma necessidade para promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ao ampliar o acesso à educação e ao mercado de trabalho para negros e pardos, o país dá um passo significativo rumo à igualdade racial. No entanto, é importante reconhecer que as cotas, embora eficazes, são apenas uma parte da solução. O combate ao racismo estrutural exige um comprometimento contínuo e multifacetado, que inclua políticas públicas abrangentes e a transformação de mentalidades e práticas sociais.

5. DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS COTAS

Cabe notar que o sistema de cotas raciais no Brasil tem enfrentado algumas críticas e resistências. Um dos desafios é a falta de ampliação da rede pública, com investimentos em educação superior que fortaleça o ensino, a pesquisa e também a extensão universitária, possibilitando a concretização do investimento público em mudança na sociedade, reduzindo, assim, as desigualdades de classe, raça e gênero, e contribuindo para o desenvolvimento do país a médio prazo.

Desde sua implementação a pauta que versa sobre as cotas raciais é alvo de debates no âmbito social e político. Aqueles que desconsideram as desigualdades históricas e estruturais que afetam a população negra defendem a ideia de que as vagas em Universidades deveriam ser preenchidas com base exclusivamente no desempenho acadêmico do aluno. Essa concepção é uma clara defesa do sistema meritocrático puro que ignora as barreiras historicamente colocadas para o acesso de pessoas não brancas ao mercado de trabalho e ao ensino. De acordo com Kabengele Munanga (2004):

O grande desafio das políticas de cotas no Brasil reside na necessidade de superar a resistência de setores que, muitas vezes, desconhecem ou negam as desigualdades históricas vividas pela população negra. É um embate entre uma visão meritocrática, que ignora as condições de partida desiguais, e uma política que busca corrigir injustiças históricas.

Ademais, a infraestrutura e os recursos das instituições de ensino representam um desafio significativo. Muitas vezes, as Instituições que adotam as cotas raciais não possuem

recursos suficientes para apoiar os estudantes beneficiados por essas políticas. Logo, mesmo após o ingresso, esses alunos enfrentam dificuldades adicionais, como acesso limitado a materiais de qualidade, a permanência no curso e, em alguns casos, discriminação dentro do próprio ambiente acadêmico.

Dessa forma, a conclusão do curso e a inserção no mercado de trabalho ainda são grandes desafios a serem enfrentados, sendo necessário o aperfeiçoamento das políticas públicas e a criação de projetos de financiamento para estudantes pretos, periféricos e pobres que precisam de auxílio financeiro.

Cabe notar, também, que uma das principais críticas direcionadas às cotas diz respeito ao ingresso dos cotistas nas universidades com notas muito baixas, o que, por sua vez, diminuiria a qualidade do aprendizado. Além disso, estudantes cotistas também podem sentir-se inadequados dentro da universidade, por enfrentarem preconceito ou sentirem-se despreparados.

Ademais, resta claro que apenas a implementação das cotas raciais não é capaz de superar a questão do racismo na sociedade. É imprescindível políticas públicas que facilitem o acesso à cultura, esporte, trabalho, política também sejam instituídos e que, assim, seja cada vez mais superada a desigualdade racial no país.

Em resumo, a implementação das cotas raciais no Brasil é um processo complexo e repleto de desafios que vão desde a resistência social até questões estruturais nas instituições educacionais. Superar esses obstáculos exige comprometimento contínuo do governo, das entidades educativas e da sociedade como um todo, reconhecendo o valor dessas políticas para promover igualdade racial e reparar injustiças históricas.

6. SOLUÇÕES PARA APERFEIÇOAR AS COTAS RACIAIS E COMBATER O RACISMO ESTRUTURAL

Para que as cotas raciais alcancem seu verdadeiro potencial como ferramenta de combate ao racismo estrutural, é necessário que sejam acompanhadas de outras políticas complementares e que se busque aprimorar seu funcionamento. Algumas soluções possíveis incluem:

- **Investimentos na Educação Básica Pública:** A qualidade da educação básica no Brasil, principalmente nas periferias, onde reside grande parte da população negra, precisa ser melhorada. Como afirma Souza (2018), "a implementação de cotas deve ser acompanhada de
-

melhorias no ensino básico para que os alunos negros e pardos cheguem às universidades em condições de competir academicamente."

- **Políticas Complementares de Inclusão:** Além das cotas raciais, é essencial que existam programas de apoio aos estudantes cotistas, como mentorias, bolsas de permanência e suporte acadêmico para garantir que esses alunos tenham condições de concluir seus cursos com sucesso. Pesquisas demonstram que muitos cotistas enfrentam dificuldades financeiras e acadêmicas que dificultam a conclusão dos estudos (Lima, 2020).
- **Campanhas de Conscientização sobre Racismo Estrutural:** É importante que a sociedade brasileira compreenda o conceito de racismo estrutural e o papel das cotas raciais no enfrentamento dessas desigualdades. "A falta de entendimento sobre o racismo estrutural perpetua mitos e preconceitos em torno das políticas afirmativas" (Nogueira, 2019).
- **Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Fiscalização:** Para evitar fraudes, universidades e instituições públicas precisam adotar critérios mais rigorosos para a autodeclaração racial. Um exemplo disso é a criação de comissões de heteroidentificação, que têm mostrado eficácia na verificação da identidade racial dos candidatos (Feres Júnior, 2018).

A adoção de políticas complementares às cotas raciais é fundamental para que essas medidas cumpram plenamente seu papel de promover a igualdade racial no Brasil. As cotas raciais, embora importantes, não conseguem, por si só, resolver todas as desigualdades históricas e sociais enfrentadas pela população negra e indígena. Um dos principais pontos de aprimoramento é o fortalecimento da educação básica pública. Segundo Santos (2018):

não basta apenas garantir o acesso ao ensino superior; é preciso garantir uma educação de qualidade desde os primeiros anos escolares para que os alunos cheguem ao ensino superior em condições de competir em igualdade de condições.

Nesse sentido, o investimento em infraestrutura escolar, formação contínua de professores e materiais didáticos de qualidade são essenciais para preparar melhor os alunos oriundos de escolas públicas para os desafios acadêmicos.

Além disso, é crucial que existam mecanismos de fiscalização eficazes para garantir que as cotas sejam aplicadas de forma justa e transparente. O problema das fraudes, com candidatos que se autodeclaram negros ou pardos sem, de fato, pertencer a esses grupos, compromete a legitimidade da política de cotas. Para Lima (2019):

a criação de comissões de heteroidentificação, que verificam a veracidade da autodeclaração racial, é uma medida necessária para coibir fraudes e garantir que as cotas beneficiem aqueles que realmente enfrentam barreiras raciais no Brasil.

Essas comissões têm sido implementadas em diversas universidades, com resultados positivos, embora ainda enfrentem resistências e desafios operacionais.

Além disso, programas de suporte, como bolsas de permanência, mentorias e tutoria acadêmica, podem ajudar a garantir que os alunos cotistas tenham condições de concluir seus cursos com sucesso, uma vez que muitos deles enfrentam dificuldades financeiras e acadêmicas. Segundo Ferreira (2020), "as políticas de apoio financeiro e acadêmico são fundamentais para que a inclusão não seja apenas de acesso, mas também de permanência e sucesso no ensino superior".

Portanto, as cotas raciais, quando acompanhadas de políticas públicas que fortaleçam a educação básica, aprimorem a fiscalização e ofereçam suporte acadêmico e financeiro, têm maior potencial de promover a verdadeira igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades raciais no Brasil.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, as cotas raciais representam uma das alternativas desenvolvidas com o intuito de reverter o cenário de desigualdade social e combater o racismo estrutural. O objetivo da instituição de cotas raciais no Brasil representa um passo importante da luta pela igualdade racial, ao passo que viabiliza e democratiza o acesso à educação.

Por conseguinte, essas cotas são destinadas a candidatos que se autodeclaram pretos, pardos ou indígenas em processos seletivos para universidades públicas e privadas. Logo, tal política pública visa trazer um equilíbrio entre as classes sociais menos favorecidas em decorrência do racismo estrutural.

Logo, a implementação de cotas é um passo importante, mas deve ser acompanhada por outras iniciativas que busquem transformar as estruturas que sustentam o racismo. Para que as cotas cumpram seu papel, é crucial que haja um comprometimento coletivo com a justiça social e a promoção da diversidade. Assim, as cotas raciais se revelam como uma ferramenta essencial na luta contra o racismo estrutural, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e plural.

Todavia, resta claro que para avançar na implementação eficaz das cotas raciais, é fundamental um diálogo contínuo entre governo, instituições de ensino, sociedade civil e os próprios beneficiários das políticas de cotas. Somente através da cooperação e da construção coletiva será possível superar os desafios existentes e garantir que essas políticas cumpram seu papel de promover um Brasil mais justo e igualitário.

As cotas raciais são, sem dúvida, uma medida necessária para corrigir as desigualdades históricas e estruturais impostas pelo racismo no Brasil. Elas representam um

passo significativo em direção à justiça social, reconhecendo que, por muitos anos, a população negra e indígena foi excluída das oportunidades educacionais e de emprego que são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social. Contudo, é essencial que essa política seja compreendida como uma das várias ferramentas no combate ao racismo estrutural. O sucesso das cotas depende de uma abordagem mais ampla e integrada que inclua outras políticas públicas voltadas para a inclusão social e a promoção da equidade racial.

Uma das principais críticas às cotas raciais é a crença de que elas, isoladamente, não são suficientes para garantir igualdade de oportunidades. De fato, sem o fortalecimento de outras áreas como a educação básica, o combate à pobreza e a promoção de políticas de inclusão no mercado de trabalho, as cotas podem se mostrar limitadas em seu alcance. O investimento em educação de qualidade desde a infância, especialmente em áreas periféricas e vulneráveis, é crucial para garantir que as futuras gerações possam competir em igualdade de condições. Como Lima (2020) destaca, "a qualidade da educação básica tem impacto direto no sucesso das políticas afirmativas, pois sem uma base sólida, muitos alunos cotistas encontram dificuldades para acompanhar o ritmo do ensino superior."

Além disso, é vital que a sociedade como um todo seja educada sobre o que é o racismo estrutural e por que as cotas são uma resposta necessária para mitigar suas consequências. A resistência às cotas muitas vezes decorre do desconhecimento ou da falta de compreensão sobre como as desigualdades se acumulam ao longo do tempo e afetam diferentes grupos de maneiras desiguais. Nesse sentido, campanhas de conscientização e educação sobre racismo estrutural são essenciais para dissipar preconceitos e garantir o apoio público às políticas afirmativas. De acordo com Souza (2018), "a resistência às cotas raciais está enraizada na falta de compreensão do racismo estrutural; sem educação pública sobre essas questões, as políticas afirmativas continuarão a ser vistas com desconfiança por muitos setores da sociedade."

Portanto, para que as cotas raciais alcancem seu verdadeiro potencial, elas devem ser parte de um conjunto mais amplo de políticas que abordem não apenas o acesso à educação superior, mas também as disparidades estruturais em outras áreas, como saúde, habitação e mercado de trabalho. Políticas de incentivo ao empreendedorismo entre a população negra, programas de capacitação e inserção no mercado de trabalho, e a criação de mecanismos de apoio à permanência de estudantes cotistas nas universidades são exemplos de medidas que podem ampliar o impacto das cotas.

Assim, as cotas raciais são apenas o início de um longo processo de correção das desigualdades raciais no Brasil. Como afirma Nogueira (2019), "as cotas raciais são um

primeiro passo na longa jornada de combate ao racismo estrutural no Brasil, mas precisam ser complementadas por ações que visem garantir a igualdade de oportunidades em todas as áreas". A construção de uma sociedade mais justa e equitativa depende de um esforço contínuo e multissetorial, que reconheça o racismo como uma questão sistêmica e que implemente soluções integradas para sua superação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio de. *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora LeYa, 2018.

GOMES, João Carlos Teixeira. *Ações Afirmativas e Cotas Raciais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MUNANGA, Kabengele. *Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: Um ponto de vista em defesa das cotas*. São Paulo: Edusp, 2004.

PESSOA, Carolina. Raça ainda é fator determinante no acesso à educação no Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/educacao/audio/2024-03/raca-ainda-e-fator-determinante-no-acesso-educacao-no-brasil#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20estudo,1%25%20entre%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20negra>. Acesso em: 02 out. 2024.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* São Paulo: Letramento, 2017.

□ Ferreira, M. (2020). *Inclusão e permanência no ensino superior: O papel das bolsas e mentorias para alunos cotistas*. São Paulo: Editora Pioneira.

□ Lima, A. (2019). *Fraudes nas cotas raciais: O impacto das comissões de heteroidentificação*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

□ Santos, J. (2018). *Educação e igualdade: A importância do fortalecimento da educação básica no Brasil*. Brasília: IPEA.

□ Lima, A. (2020). *Educação de qualidade e cotas raciais: A importância da base sólida para o sucesso acadêmico*. São Paulo: Edusp.

□ Nogueira, P. (2019). *Políticas afirmativas no Brasil: Desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar.

□ Souza, C. (2018). *Racismo estrutural e resistência às políticas de cotas no Brasil*. Brasília: Ipea.
